

ECODESENVOLVIMENTO, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E ECOURBANISMO: Uma reflexão sobre as questões sócio ambientais.

Glória Silvina Lia Fernandez Molina¹

Milton Roberto Keller²

RESUMO

Neste artigo pretende-se fazer uma reflexão em relação às questões ambientais principalmente no que se refere ao desenvolvimento sustentável e a nova reorganização territorial em função do planejamento urbano. Tendo em vista os problemas causados pela ocupação do solo por aglomerados urbanos, este trabalho visa investigar seus reflexos sobre a natureza e de que maneira este fato aconteceu, assim, como os conceitos de ecodesenvolvimento e ecourbanismo vêm sendo utilizados como portadores de um novo projeto para a sociedade, capazes de garantir no presente e no futuro, a sobrevivência dos grupos sociais e da natureza. Na atualidade, preocupações sobre o esgotamento dos recursos naturais estão presentes no planejamento urbano e não somente fatores como o bem estar do ser humano ocupam espaço nestas discussões. O desafio está em projetar novos estilos de desenvolvimento embasados na harmonização entre o crescimento econômico e o social com uma gestão racional do ambiente. O planejamento regional é uma questão muito debatida hoje em dia e através deste processo ele poderá se tornar um dos meios para agregar a dimensão ambiental ao planejamento do desenvolvimento.

PALAVRAS CHAVE: planejamento urbano, desenvolvimento sustentável, ecodesenvolvimento, ecourbanismo.

¹ Doutoranda em Desenvolvimento Regional, UNISC

² Mestre em Desenvolvimento Regional, UNISC

ECODESAROLLO, DESAROLLO SUSTENTABLE Y ECOURBANISMO: Una reflexión sobre las cuestiones sociales ambientales

RESUMEN

Este artículo pretende hacer una reflexión acerca de las cuestiones ambientales principalmente en lo que se refiere al desarrollo sustentable y la nueva organización territorial en virtud del planeamiento urbano. Considerando los problemas ocasionados por la ocupación del suelo por aglomerados urbanos, este trabajo tiene como objetivo investigar los reflejos negativos sobre la naturaleza y de que manera este hecho ocurrió, de esta forma la noción de ecodesarrollo y ecourbanismo son utilizados como portadores de un nuevo proyecto para la sociedad, capaces de garantizar en el presente y en el futuro, la supervivencia de los grupos sociales y de la naturaleza. En la actualidad preocupaciones sobre el agotamiento de los recursos naturales están presentes en la planificación urbana y no solamente factores como el bien estar del ser humano ocupan espacio en las discusiones. El desafío está en proyectar nuevos estilos de desarrollo basados en la armonización entre el crecimiento económico y el aspecto social como una gestión racional del ambiente. El planeamiento regional es una cuestión muy discutida hoy en día y mediante este proceso podrá convertirse en uno de los medios para agregar la dimensión ambiental al planeamiento del desarrollo.

PALABRAS LLAVES: Planificación urbana, desarrollo sustentable, ecourbanismo, ecodesarrollo.

INTRODUÇÃO

Na civilização ocidental a preocupação com o meio ambiente surge a partir de documentos relacionando temas como ambiente natural e os artificiais desenvolvidos pelo homem. Vitruvio, no século I A.C., já salientou a importância da orientação solar, a iluminação e o entorno. Para este autor o planejamento estava

centrado no homem e a natureza e seus recursos estavam voltados a servir a humanidade.

Este conceito se manteve vigente por muito tempo e com a chegada do século XIX uma nova tendência se apresenta para minimizar os efeitos das cidades industriais que surgiam e conseqüentemente se tornavam insalubres. Para tanto, segundo Ruano (1999, p.7): “provocaron una tendencia de verde para la salud, como la que se reflejó em las ciudades jardín de Ebenexer Haward o en el plan de Reforma de Ensanche para la ciudad de Barcelona, del ingeniero Ildefons Cerda”.

Inicia, portanto, um novo conceito de urbanização onde temos a ocupação territorial considerando e preservando a natureza como aliada ao bem estar do homem, mas ainda prevalecia a antiga conotação de que o ambiente natural era um bem susceptível e de apropriação do ser humano. Entende-se a partir de então que os primeiros passos para uma conscientização surgiam. Assim, Maria Assunção Ribeiro Franco (2001, p.19) salienta que:

“O planejamento Ambiental teve precursores no início do século XIX com pensadores como John Ruskin na Inglaterra, Viollet-le-duc na França e Henry David Thoreau, George Perkins Marsh, Frederick Law Olmsted e outros nos EUA. As idéias desses homens, consideradas por vezes muito utópicas e românticas para a época, mostram hoje que aqueles pensadores tiveram uma incrível premonição do futuro e foram capazes de vislumbrar a escassez de recursos, num momento em que era implementada, a todo vapor, a primeira revolução industrial, sob a égide do positivismo e do liberalismo econômico e que, pelo visto, pressupunha a inesgotabilidade dos recursos da Terra. Portanto, o que aqueles homens falavam ia exatamente contra a grande onda que se formava então. Imagine o que representava, num momento de expansão da indústria, das comunicações férreas, da navegação a vapor e da exploração colonialista, falar na proteção dos rios e das florestas, na preservação da pureza das águas, do ar e do solo.”

Este trabalho discute diversos aspectos do conceito de desenvolvimento sustentável, as conseqüências da ocupação territorial e o novo planejamento urbano em função das desordens provocados pelo uso irracional dos recursos naturais. Na primeira parte, de natureza histórica, apresentamos as características da urbanização a principio de século XX e os problemas atuais. Numa segunda parte, analisamos algumas características do conceito de ecodesenvolvimento e

desenvolvimento sustentável e o uso dessa expressão em alguma das produções bibliográficas mais recentes e na *mídia*. Deve-se ressaltar que às vezes a definição de sustentabilidade abrange muitos aspectos da realidade que nem sempre podem ser articulados dentro de uma teoria. Num terceiro momento, fazemos uma reflexão sobre as consequências do uso predatório do meio ambiente e, por último, indicamos os caminhos possíveis para ser bem sucedidos na aplicação de uma estratégia de desenvolvimento que tenha como alicerce o conceito de planejamento ambiental e o ecourbanismo.

REFLEXOS DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL, PLANEJAMENTO E SUSTENTABILIDADE

Tendo em vista os problemas causados pela ocupação do solo por aglomerados urbanos e se investigarmos seus reflexos sobre a natureza e de que maneira este fato aconteceu, nos resta estudarmos a história e as mudanças sócio-culturais pelo qual passamos ao longo do tempo e se agravando ainda mais a cada período histórico. Para Françoise Choay (1980, p.18)

“No entanto o urbanismo não escapa completamente à dimensão do imaginário. Os primeiros urbanistas têm um poder reduzido sobre o real; ora tem de enfrentar condições econômicas desfavoráveis, ora se chocam com todo o poder de estruturas econômicas e administrativas herdadas do século XIX, as sociedades capitalistas liberalizam-se e suas classes dirigentes retomam, cotando-as de suas raízes, certas idéias e propostas do pensamento socialista do século XIX.”

No movimento arquitetônico moderno o urbanismo se apresenta de forma defensiva no debate relacionado ao ambiente natural e segundo Ruano (1999, p.8): “el movimiento moderno seguía considerando la naturaleza como um mero telón de fondo de la urbanizacion, y las zonas verdes como una más de las funciones que debía proporcionar la ciudad para el bien estar de sus habitantes”.

Na atualidade preocupações sobre o esgotamento dos recursos naturais estão presentes já no planejamento e não somente fatores como o bem estar do ser humano ocupam espaço nas discussões. Ao se tratar do espaço físico que habitamos, entende-se como uma dimensão finita, necessita redefinir a forma como está sendo usado de modo a minimizar atos irreversíveis além da tentativa de harmonizar seus usos. Para reforçar esta afirmativa, Sachs (1986) ressalta que: “No exame dos problemas ambientais, constata-se que o ambiente está intimamente ligado aos recursos naturais. Na verdade, esses problemas compreendem dois aspectos diferentes: “o equilíbrio de recursos” e “oferta limitada” na Terra”.

No início do século XX as áreas urbanas eram habitadas pelo equivalente a 10% da população do planeta e atualmente este percentual gira em torno de 50%. Algumas perspectivas indicam que até o final do primeiro quartel deste século poderá chegar a três quartos o número de habitantes ocupando áreas urbanas ocasionando um colapso, já que são justamente as cidades as principais responsáveis pelos problemas ambientais vigentes.

Sabe-se que hoje as cidades contribuem com a poluição em uma proporção de aproximadamente 75%, consumindo cerca de 70% da energia produzida. Sirkis (2003) salienta que: existem 19 mega cidades, das quais 15 localizadas nos países em desenvolvimento, com população acima de 10 milhões de habitantes. Por sua vez, Ruano (1999, p.7) acrescenta que:

Esta situación dará lugar a unas zonas urbanas extremadamente conflictivas, insalubres e inmanejables, habitadas por unas masas antisociales de individuos desesperados y alienados, lo que resultará en un aumento desproporcionado de la ya fuerte presión sobre el medio ambiente. Dado que las ciudades son las principales causantes de la destrucción ecológica global, parece obvio que los problemas medioambientales deban abordarse y resolverse en primer lugar y principalmente en las ciudades. (Ruano, 1999, p.7)

Como o homem se apropriou do espaço natural de forma agressiva, hoje o caminho começa a mudar o enfoque para uma gestão dos solos, das águas e das florestas diametralmente oposta às suas atitudes até então, pois sua maneira de agir

se embasava em aproveitar os recursos da natureza em nome da rentabilidade. Rentabilidade muda para o conceito de sustentabilidade. O modelo de desenvolvimento vigente, que tem como meta a competitividade, deve mudar seu rumo, para poder preservar os ecossistemas. Ele deve ser substituído por um modelo econômico capaz de gerar riqueza e bem-estar enquanto ao mesmo tempo promove a coesão social e impede a destruição da natureza. Esse novo modelo procuraria a utilização dos recursos naturais sem comprometer a produção. Ele tentaria aproveitar a natureza sem devastá-la e buscaria a melhoria da qualidade de vida.

Este novo modelo se contrapõe ao padrão ocidental de produção e consumo, que ameaça o equilíbrio do planeta. O atual modelo de crescimento econômico gerou enormes desequilíbrios. Se por um lado nunca houve tanta riqueza e fartura no mundo, por outro lado, a miséria, a degradação ambiental e a poluição aumentam dia a dia.

Conforme Cavalcanti (2001), a busca de sustentabilidade resume-se à questão de atingir harmonia entre seres humanos e a natureza. As dificuldades enfrentadas hoje pela economia globalizada, têm relação com a questão ambiental em seu sentido mais amplo.

Em uma postura ecológica a perspectiva de sustentabilidade se assenta em três princípios fundamentais citados por Franco (2001):

- * Conservar os sistemas ecológicos sustentadores da vida e da biodiversidade;
- * Garantir a sustentabilidade dos usos que utilizam recursos renováveis;
- * Manter as ações humanas dentro da capacidade de carga dos ecossistemas sustentadores.

Portanto, o conceito de desenvolvimento sustentável tem uma grande complexidade, pois para ser implantado exige mudanças fundamentais na maneira de pensar, viver, produzir e consumir entre outros. Assim os quatro fatores que são

apontados como os de maior influência na sustentabilidade ambiental são: a poluição, a pobreza, a tecnologia e o estilo de vida.

O desafio está em projetar novos estilos de desenvolvimento embasados na harmonização entre o crescimento econômico e o social com uma gestão racional do ambiente. Economistas clássicos usam o termo sustentabilidade com uma conotação de equilíbrio, mas hoje este termo já se apresenta de forma muito mais dinâmica, refere-se a um processo evolutivo sustentável de mudança contínua.

Sachs, já em 1986, apontava que uma das maneiras para harmonizar este processo seria a escolha de tecnologias apropriadas e economicamente “sãs”, mas percebe que ainda era precária a tecnologia apropriada para tal. Para cada contexto ecológico, econômico e social, e para um dado período de tempo, há que se especificar critérios de adequação e aplicar uma análise comparativa de possíveis opções tecnológicas que possam ser utilizadas.

Tem-se claro que a estratégia de desenvolvimento deve empregar uma série de tecnologias com o mínimo grau de desperdício. A substituição de recursos não renováveis por recursos renováveis é o princípio no qual se fundamentam as opções energéticas. Assim, o uso de recursos renováveis abundantes ao invés de recursos escassos não renováveis é um princípio de orientação óbvio na estratégia de harmonização do desenvolvimento com a gestão racional do ambiente e de recursos energéticos. Acrescentar uma dimensão ambiental ao conceito de desenvolvimento e de planejamento do desenvolvimento é fundamental nesta discussão. Franco (2001) salienta que:

“Os recursos ambientais (ecológicos e sociais) são, portanto, intimamente relacionados e interdependentes. Tanto a pobreza quanto o crescimento acelerado da população, a destruição dos recursos e a degradação do meio ambiente estão sempre conectados. (Franco, 2001, p.43).”

A ecologia e a tecnologia apenas acabam de deixar um lado de seu enfrentamento para superar os limites de sua confrontação ideológica. Hoje em dia

as estratégias para se conseguir um desenvolvimento sustentável integram necessariamente os dois campos aliados a uma nova visão de futuro. A sustentabilidade está cada vez mais presente nos debates e discussões e está se introduzindo nas atividades humanas, sobretudo no desenho urbano. Para Miguel Ruano (1999, p.9), “sus nuevos objetivos son el diseño, el desarrollo y la gestión de comunidades humanas sostenibles”.

Os estudos de Miguel Ruano (1999, p.7) apontam para uma incerteza sobre os aspectos existentes em um assentamento humano sustentável e seu funcionamento. O autor aborda a respeito das pequenas vilas européias da Idade Média e as aldeias pré-históricas que se embasavam no paradigma da sustentabilidade (os recursos que extraíam do entorno sem desperdícios adicionais). Provavelmente pelas dimensões e proporções dos mesmos, aparentavam ser sustentáveis, sendo que os prejuízos causados ao meio ambiente eram mínimos ou até mesmo absorvidos. Esta suposição é uma crítica ao acelerado crescimento urbano atual.

Alguns projetos voltados à sustentabilidade urbana surgiram em meio à discussões ecológicas em contraste com as meras tentativas apenas intuitivas. Os ecologistas atualmente têm colaborado com os urbanistas nas questões científicas para o embasamento de suas decisões. Visto que as cidades são consideradas como complexos ecossistemas artificiais construídos para satisfazer as necessidades do homem, estes aglomerados desprezam o ambiente natural e as outras espécies que o compõem, cujo impacto sobre o entorno natural deve ser questionado.

Não pensar apenas o local, mas a micro-região, região ou país. Essa mesma postura racional inspira um planejamento no qual, em vez de constituir um setor a mais, o ambiente aparece como uma dimensão horizontal do desenvolvimento. Ao lado de suas dimensões culturais, sociais e econômicas, o planejamento se transforma, assim, em um jogo de harmonização destes, cujas variáveis se situam em dois níveis:

- Demanda, condicionada pelos estilos de vida, pelos modelos culturais, dos tempos sociais e pelas estruturas de consumo;
- Oferta, onde intervêm as funções de produção (combinações de recursos, de energia e de formas de utilização do espaço, interligado pelas técnicas e relacionado ao contexto institucional).

O planejamento regional é uma forma muito citada por autores e através deste processo ele poderá se tornar um dos meios para agregar a dimensão ambiental ao planejamento do desenvolvimento. Salienta-se que a região tenha um amplo conhecimento de seu próprio meio ambiente.

Quando houver a implantação de um projeto sobre o ambiente, este deverá sofrer uma avaliação de impacto ambiental, sendo que muitas vezes não acontece este processo. Segundo Almeida (2002), este procedimento é fundamental para servir de: “instrumentos de planejamento e de gestão do território, em níveis nacional, regional e local. A discussão sobre avaliação de impactos e os resultados decorrentes pode servir para melhorar a racionalidade do processo de planejamento territorial.”

Com a procura da maximização da eficácia e de minimização dos custos somente levará a resultados positivos.

Se as relações entre os conteúdos e modos de avaliação de impacto e os conteúdos e modos de planejamento territorial, nos diversos níveis, forem considerados elementos de um mesmo problema e se ficarem claras as relações e a divisão de tarefas entre o novo instrumental e os instrumentos já em uso. Este último, de fato, continua a constituir, com todas as limitações que lhes caso conhecidas, o quadro de referência da racionalidade das intervenções públicas e privadas. (Almeida, 2002, p.250)

Para Sachs (1986), as estatísticas não registram a maior parte dos custos; contabiliza-se de igual forma os fluxos de bens obtidos através da valorização de recursos renováveis e as retiradas feitas sobre o estoque do capital da natureza. Na concepção de sistemas de produção criados pelo homem, a ecologia intervém em

dois níveis: os que irão promover leis onde os ciclos da natureza deverão ser respeitados (impondo limites à criatividade do homem e ao otimismo tecnológico); e a observação dos ecossistemas naturais que oferecem um excelente paradigma aos sistemas concebidos pelo homem.

Com as diferenças sociais sempre presentes na evolução da humanidade, este fato implica que uma grande parcela da população viva à margem do sistema. Portanto esta parcela sem acesso aos recursos financeiros promove, entre outras coisas, um importante processo de deterioração do meio ambiente, utilizado como recurso final na resolução de problemas urgentes de subsistência tais como despejo de dejetos sem tratamento.

Sendo então o meio ambiente violado em função das necessidades básicas dos mais carentes. Almeida (2002) destaca que esse processo pode adquirir: proporções gigantescas quando começam a produzir-se grandes concentrações de populações marginais, decorrentes da migração campo-cidade, do desemprego, dos desastres naturais.

Infere-se, sem dúvida, que os impactos da poluição acabam por exigir uma tomada de decisão muitas vezes duvidosa, uma vez que alguns efeitos cumulativos da poluição e do esgotamento dos recursos naturais acabam sendo irreversíveis. Como meta se encontra a proteção do meio ambiente, sendo, o combate à poluição um dos itens que exigem adaptação e/ou transformação inovadoras para os processo e técnicas de produção utilizados até então.

Com o avanço da biotecnologia está em andamento uma redução da poluição, na reciclagem do lixo da agroindústria, na restauração do meio ambiente degradado, na despoluição da água e no tratamento de rejeitos perigosos. Para Ruano (1999), fatores relevantes em relação à tecnologia proporcionaram reflexões a respeito de energia e reciclagem:

“La contribución de la tecnología a este audaz e innovador planteamiento resulta especialmente evidente en dos aspectos concretos. Por un lado, lo que podría definirse como “ecotecnología” después de tres décadas de intensa investigación teórica y aplicada, ya permite hoy en día hacer un uso más racional de las fuentes de energía renovables y no renovables. El reciclaje de residuos sólidos y líquidos, el recusa a fuentes alternativas de energía o la creación de microclimas ya no son meras utopías sino realidades efectivas y tangibles que están funcionando satisfactoriamente en muchos lugares del mundo, tanto a escala urbana como en edificios concretos.” (Miguel Ruano, 1999, p.9)

Neste início de século a economia ainda está caracterizada por elevado desperdício de recursos energéticos. O processo para geração de nova energia é muito mais caro do que a sua conservação e economia. Este pensamento vale para o caso da água, o da gestão dos recursos sólidos, a recuperação e reutilização de materiais. Neste sentido uma manutenção adequada das infra-estruturas, dos equipamentos e bens de consumo, de modo a prolongar sua vida útil, promove uma economia de capital necessário à sua reposição.

ECODESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Para que se possa promover o ecodesenvolvimento algumas questões se tornam fundamentais, como: ambiental, tecnológica e econômica. Ecodesenvolvimento, segundo Sachs (1986) surgiu a partir de uma polêmica entre os partidários do crescimento selvagem e os “zeristas”, vítimas do absolutismo do critério ecológico a ponto de perderem a visão antropocêntrica do mundo. Este movimento aborda novas formas de desenvolvimento e de crescimento, tanto no plano das finalidades como no dos instrumentais, sobre o uso do meio ambiente. Proporciona uma visão ampla para o planejador contemplando a antropologia cultural e a ecologia.

Sob o enfoque econômico, a questão atinge outros patamares, uma vez que a idéia de proteção ambiental destrói os princípios de que a natureza é fonte inesgotável de recursos. Nas últimas décadas estes estudos sofreram modificações a ponto de atualmente já se usar o termo Economia Ecológica. Ecodesenvolvimento proporciona um caráter dinâmico que se afasta muito da idéia de equilíbrio estático

dos economistas clássicos, refere-se a um processo evolutivo sustentável de mudança contínua.

“Ecodesenvolvimento postula uma visão solidária em longo prazo abrangendo toda a humanidade. Mas a ênfase deverá recair sobre os espaços da autonomia local que será preciso identificar, ampliar e consolidar, fornecendo a ajuda necessária a romper certos pontos de estrangulamento. São várias as razões a favor dessa mudança de perspectiva, que faz do escalão local o ponto de partida e não o resultado longínquo do desenvolvimento.” (Sachs, 1986, p.115)

Entende-se por ecodesenvolvimento (local, rural ou urbano), um referencial por onde circulam posicionamentos relativos a movimentos políticos e sociais que produzem desenvolvimento. Estas propostas estão embasadas e direcionadas no sentido de se pensar o desenvolvimento de maneira horizontal, pondo à prova a imaginação social concreta e a ocasião de interligar conjuntos de interesses reais no âmbito de grupos humanos.

Historicamente o termo Ecodesenvolvimento foi citado, segundo Franco (2001, p.26), na Reunião do FOUNEX (Report on Development and Environment) em 1971 e o conceito de Desenvolvimento Sustentável surgiu da Estratégia Mundial para a Conservação (World Concervation Strategy) lançada pela União Mundial para a Conservação (IUCN) e pelo Fundo Mundial para a Conservação (WWF), apoiados pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Mas o conceito de desenvolvimento sustentável foi amplamente difundido e popularizado em 1987, a partir de um informe realizado pelo presidente da Comissão Mundial da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), a ex-ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland e o representante das Nações Unidas, Mansour Khalid. Ali surge a seguinte definição:

“Desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades.”

Aquele informe, conhecido e publicado no Brasil no ano 1987 sob o título “Nosso Futuro Comum” é apresentada uma lista de medidas a serem tomadas pelos estados nacionais visando a proteção e preservação do meio ambiente.

Em junho de 1992, reuniram-se no Rio de Janeiro, mais de 35 mil pessoas, entre elas 108 chefes de Estados, para participar da conferência da ONU sobre Meio Ambiente. Após negociações marcadas por diferenças de opinião entre o Primeiro e o Terceiro Mundo, a reunião produziu a Agenda 21, documento com 2.500 recomendações para implantar a sustentabilidade. Entre os resultados da Cúpula da Terra, como foi chamada também a ECO 92, se visualizou uma preocupação pela exploração sustentável do patrimônio genético. Apesar das pressões exercidas por Estados Unidos para eliminação de metas e cronogramas para a eliminação de poluentes, a conferência resultou numa tomada de consciência sobre os perigos que o modelo atual de desenvolvimento econômico significa. Na Eco-92 e na Rio + 10, reunião realizada em Johannesburgo, dez anos depois, o desenvolvimento sustentável foi o centro das discussões.

O conceito de desenvolvimento sustentável propõe mudanças no sentido de que o uso dos recursos, a direção dos investimentos, o desenvolvimento tecnológico e as alterações institucionais devem concretizar a capacidade de atender às necessidades humanas do presente e do futuro. Aqui conservação da natureza e crescimento econômico são partes indivisíveis de uma mesma unidade. (Miotto, 1996, p.86). Desde então, em um extremo se situam os ecologistas radicais, que defendem o crescimento zero para por fim ao esgotamento dos recursos. Em outro lado, estão aqueles que pensam que o progresso tecnológico permitirá resolver todos os problemas do ambiente. Esta segunda visão é utilizada para explicar atitudes como a do Presidente norte-americano, George Bush, que não ratificou o Protocolo de Kyoto (1997), sobre a redução de gases que produzem o efeito estufa. Assim, observam-se duas posturas divergentes priorizando objetivos diferentes. Por um lado, os defensores do meio ambiente e das pessoas menos favorecidas e, do outro lado, o neoliberalismo que não vê outro caminho, para o desenvolvimento, que a maximização do lucro e a obtenção da máxima competitividade com o emprego do conhecimento técnico e humano das regiões envolvidas.

O conceito de desenvolvimento sustentável está associado a uma enorme confusão ideológica. Cabe questionar se ele é uma bandeira permanente dos ecologistas, e de um grupo de políticos e economistas ou se, pelo contrário, representa uma preocupação acadêmica que está na moda e tende a desaparecer como outras.

Nesse sentido, Guimarães (1995) alerta que o consenso existente em torno da idéia de desenvolvimento sustentável é assustador. Se tivermos em conta que as idéias neoliberais representam a ideologia que determina hoje os rumos da economia mundial, existe uma contradição entre essa ideologia, que representa a lógica de mercado, e a noção de sustentabilidade. No *caminho da servidão*, um dos livros básicos do pensamento liberal, Hayek (1990) não manifesta nenhuma preocupação em relação à possibilidade dos recursos da natureza virem a ser limitados.

Metodologicamente o Desenvolvimento Sustentável é a intenção desejada do mercado mundial que deverá se moldar em uma ética ecológica nos padrões internacionais presentes nas ISOs. Assim, estará enquadrado em modelos e especificações, não restará ambigüidade no que tange as questões ecológicas, até porque estas questões se relacionam intensamente com a economia. Franco (2001) estabelece um paradigma para o termo Desenvolvimento Sustentável, pois este: “pretende amalgamar em íntima simbiose a gestão ambiental e o desenvolvimento econômico”.

Miotto (1996) destaca que, na verdade, necessitaríamos de um novo paradigma de desenvolvimento, pois a crise mundial que estamos vivenciando é uma crise de idéias.

Nessa condição, Becker (2002, p.78) expressa que a “sustentabilidade é utilizado como bandeira por ambientalistas e ecologistas numa tentativa de volta à natureza”, mas afirma também que não podem ser descartados os avanços da modernidade já que esta situação representaria um retrocesso na história da humanidade.

PLANEJAMENTO AMBIENTAL E ECOURBANISMO

Ao se tratar de Planejamento Ambiental entende-se o planejamento das ações humanas sobre o território, inter-relacionando à capacidade de sustentação dos ecossistemas no diversos níveis até se chegar a uma escala planetária. A preservação encontra-se no foco da discussão sempre salientando a melhora da qualidade de vida humana, dentro de uma ética ecológica. Franco (2001) destaca que o Planejamento Ambiental é, portanto, também um Planejamento Territorial Estratégico, Econômico ecológico, Sociocultural, Agrícola e Paisagístico. Suas ações transcendem as fronteiras dos países já que estamos tratando de ecossistemas.

Segundo a Agenda 21, os países devem promover uma “cultura de segurança” através da educação pública. Portanto, o Planejamento Ambiental poderá servir de base referencial aos possíveis acidentes ambientais, irá contribuir nas suas pesquisas alertando sobre os riscos de determinados tipos de assentamentos urbanos, setores industriais e as questões relativas ao lixo entre outros assuntos. O monitoramento poderá ser feito por especialistas em nível mundial para servir de apoio à demanda relativa a este assunto. Este relatório entende que as atividades sustentáveis são as melhores para o contexto geral e aponta o ramo da indústria da construção como um bom negócio que pode ajudar a alcançar muitos objetivos na área da habitação, incluindo abrigo, infra-estrutura e emprego, sendo preciso tomar cuidado para não esgotar os recursos naturais, degradar o ecossistema e causar a poluição.

Ecourbanismo define o desenvolvimento das comunidades em suas dimensões sustentáveis através de um planejamento construtivo preservando o entorno sempre em harmonia. Este conceito está alcançando bom resultado junto aos planejadores, visto que é essencial no que tange aos projetos urbanísticos que almejam uma consonância com o ecossistema. Para Ruano (1999), “El Ecourbanismo es una nueva disciplina que articula las múltiples y complejas

variables que intervienen en una aproximación sistémica al diseño urbano que supera la compartimentación clásica del urbanismo convencional.”

Nos estudos urbanísticos desenvolvidos a partir da visão do ecourbanismo percebe-se uma dimensão que vai além dos critérios estabelecidos pelas linhas de pensamento formais. O trabalho apresenta uma visão mais unificada e integrada ao conjunto dos aspectos gerais de todo o sistema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso encontrar uma compatibilidade entre economia e meio ambiente. Devem ser escutadas propostas que viabilizem e conciliem estas duas realidades. Para viabilizar esta estratégia, é necessário defender o papel do Estado, para que ele implemente políticas públicas que harmonizem crescimento econômico com sustentabilidade. O objetivo do desenvolvimento sustentável é melhorar a qualidade de vida do ser humano, mas em primeiro lugar as necessidades básicas dos homens devem ser satisfeitas. O desenvolvimento sustentável busca a proteção do meio ambiente para que, num futuro não muito distante, as gerações possam ter uma vida digna e saudável.

Não é possível conceber a natureza como uma fonte inesgotável de riquezas. Tem que existir uma relação entre competitividade e sustentabilidade. Competitividade é a luta do mercado para obter mais bens de melhor qualidade ao menor custo. Sustentabilidade é aproveitar os recursos sem causar danos ao meio ambiente. É necessário que a comunidade tome consciência da importância deste novo modelo de desenvolvimento e reconhecer que cada ação que se realiza num lugar pode ter consequência em qualquer canto do planeta.

Com a crescente deterioração do ambiente natural pela ação do homem, certas diretrizes estão sendo tomadas para conter e reverter esta situação. Discussões em torno do esgotamento dos recursos naturais, urbanização, consumo

energético, economia, resíduos, diferentes classes sociais; enfim, uma série de fatores formula o novo pensar do planejamento. Estamos falando então de uma nova forma de pensar, agir, produzir, consumir e planejar que estruturam o conceito de desenvolvimento sustentável. Sua estratégia insere e estimula tecnologias que proporcionam o mínimo grau de desperdício com a substituição dos usos de matéria prima reciclável. Somente assim pode-se pensar nas questões relativas a uma harmonização dos ecossistemas com uma utilização racional dos recursos naturais.

Planejar se constitui em criar uma maneira de projetar as necessidades materiais e imateriais assim como os meios para atender às modificações necessárias para se manter estável o ambiente, sem que prejudique de forma excessiva a sociedade e o meio ambiente. Novas formas de organização territorial devem criar condições favoráveis a uma política de conservação dos recursos naturais. O planejamento urbano consciente também inclui em seu processo as novas tecnologias prestando serviço para fornecer facilidades, conforto e mobilidade em detrimento de economia. As inovações tecnológicas produzem um novo modo de articulação entre o espaço e o tempo, isto é, a possibilidade de que ocorram em diferentes pontos do planeta fenômenos interligados. Ela nos permitirá buscar as complementaridades e encadear os ciclos a fim de minimizar os impactos negativos no ambiente.

A sustentabilidade associa-se às condições de reprodução da legitimidade das políticas e das condições de construção da base material das cidades, que é uma produção contínua e cada vez mais acelerada. O planejamento sustentável é a forma de adaptar as necessidades do homem em uma natureza que em certas localidades já apresenta alto grau de deterioração ou estão ameaçadas pelo tipo de uso. No caso de reverter esta degradação ou melhorar sua condição, a região pode tirar vantagens competitivas. Com a racionalidade dos usos territoriais se configura um cenário onde de maneira equilibrada dividem-se as tarefas entre as regiões que apresentam, ou que oportunizam sua exploração. Este plano de ação estará vinculado e monitorado constantemente através da análise dos impactos ambientais;

sendo o bom senso e a consciente avaliação dos efeitos o caminho para se tentar uma melhor eficácia do planejamento territorial.

REFERÊNCIAS:

- 1- ALMEIDA, Jalcione. A problemática do desenvolvimento sustentável. In:BECKER, Dinizar. (Org.) *Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade*. 4. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
- 2- ALMEIDA, Fernando. *Degradação aumenta a fome e a pobreza*. 31-05-2005.Disponível em <http://www2.uol.com.br/oimparcial/1c31.htm>. Acessado em 21/07/2005.
- 3- BECKER, Dinizar. Sustentabilidade: um novo (velho) paradigma de desenvolvimento regional. In: Becker (Org): *Desenvolvimento sustentável. Necessidade e/ou Possibilidade*. 4º Edição.Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
- 4- CAVALCANTI, Clovis. Sustentabilidade da Economia: Paradigmas alternativos de realização econômica. In: Cavalcanti, Clovis (Org) *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- 5- CHOAY, Françoise. A regra e o modelo. São Paulo, Perspectiva, 1980.
- 6- COMISSÃO Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: FGV. 2º. Ed, 1991.
- 7- DOWBOR, Ladislau. Gestão social e transformação da sociedade. In: Arbix, Glauco. Zilbovicius, Mauro. Abramovay. (Org.) *Razões e ficções do desenvolvimento*. São Paulo: Editora UNESP; Edusp, 2001.
- 8- FRANCO, M. A. R. Planejamento Ambiental para a Cidade Sustentável . 1. ed. São Paulo: Annablume Editora Comunicação, 2000. v. 1. 296 p.
- 9- FUNDO MUNDIAL PARA A NATUREZA.(WWF). Relatório Planeta Vivo. 21 de Outubro de 2004. Disponível em www.panda.org. Acessado em 21/07/2005 - *Humanidade está esgotando a terra*. 21 de Outubro de 2004. Disponível:<http://www.amazônia.org.br/noticiascfm?id=16499>
- 10-GUIMARAES, Roberto. *O desafio político do desenvolvimento sustentável*. In:Revista Lua Nova.nº 35.São Paulo,1995.

- 11-HAYEK, Friederich August. *O caminho da servidão*. 5ªed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.
- 12-MIOTTO, Luciana Bernardo. A construção da nova realidade, do desenvolvimento ao desenvolvimento sustentável. IN: Rodrigues, Arlete.(Org). *Desenvolvimento sustentável, teorias, debates, aplicabilidades*. Textos Didáticos. Número 23. Maio de 1996. Universidade Estadual de Campinas.
- 13-MEADOWS, et alli. *Limites do crescimento*. São Paulo; Ed. Perspectiva,1972.
- 14-ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Avaliação Ecológica do Milênio*. 2005. Disponível em <http://www.millenniumassessment.org>. Acessado em 21/07/2005.
- 15-SACHS, I. *Estratégias de Transição para o século XXI*. In: Cadernos de desenvolvimento e Meio Ambiente. Nº 1. Ed UFPR.
- 16-SIRKIS, Alfredo. O Desafio Ecológico das cidades. In: *Meio Ambiente no Século 21*. André Trigueiro (org). Rio de Janeiro: Sextame, 2003, p. 214-229.
- 17-RUANO, M.Ecourbanismo Entornos Humanos Sostenibles: 60 proyectos. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, AS, 1999.